

APCBS – nº 015/2015

Volta Redonda, 06 de maio de 2015

À Diretoria de Análise Técnica – DITEC

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

Brasília – DF

Ref.: Alterações do Regulamento do Plano Misto de Benefício Suplementar – Plano Milênio, administrado pela CBS Previdência, divulgadas entre os participantes através do Informativo da CBS Previdência nº 187, publicado em 02/04/2015.

A Associação dos Participantes da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – APCBS, sediada em Volta Redonda/RJ, na Rua 25 A nº 23 Salas 415 a 419, Vila Santa Cecília, CEP 27260-160, vem por meio deste documento e no exercício dos seus deveres institucionais de zelar e proteger os interesses dos participantes da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS Previdência, expor e requerer o que abaixo segue:

A CBS Previdência publicou no dia 02 de abril de 2015 em seu Informativo nº 187, com o objetivo de informar aos participantes, as alterações do Regulamento do Plano Misto de Benefício Suplementar – Plano Milênio, aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo em 23.12.2014. Este plano encontra-se fechado para novas adesões conforme Portaria da Superintendência Nacional de Previdência complementar nº 218, de 25.04.2013, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 26.04.2013.

Algumas alterações aprovadas e que serão submetidas à apreciação e aprovação desta DITEC, restringem direitos dos participantes e alteram, substancialmente, premissas que foram estabelecidas por ocasião da aprovação do plano e compromissos assumidos pela CBS Previdência com os participantes que migraram para ele em 1996 e 2004, a saber:

Art 1º Inciso XIV - Fundo de Reversão

Por ocasião da criação do Plano Misto de Benefício Suplementar, com a característica de Contribuição Variável. Sua formatação previa dispositivo para cobertura de resultado deficitário que viesse a ocorrer no futuro. E foi exatamente este o argumento usado pela CBS Previdência para incentivar os participantes ativos que se encontravam nos planos de benefício definido a migrarem de plano. Os participantes que migraram de plano levaram como crédito

de transferência para o novo plano apenas 39% da reserva que possuíam no plano de origem, pagando à vista sua participação para cobertura do déficit existente na CBS Previdência na ocasião, sempre na expectativa de que estariam migrando para um plano em que não correriam risco de voltar a pagar para cobertura de déficit, condição esta prometida e alardeada amplamente pela CBS Previdência.

O Plano Misto de Benefício Suplementar possui em seu artigo 1º, inciso XIV, o Fundo de Reversão, inicialmente denominado Fundo de Oscilação de Risco.

Fundo de Oscilação de Risco – Criado em 1995 por ocasião da criação do Plano Misto de Benefício Suplementar

“Artigo 1º inciso V – Fundo de Oscilação de Risco destina-se a neutralizar os efeitos das variações desfavoráveis da incidência de eventos geradores dos benefícios previstos neste Plano, para garantia dos compromissos da entidade”.(grifamos)

Na primeira edição do regulamento do plano era previsto que o participante que resgatasse sua reserva antes de 10 anos de adesão ao plano não teria direito algum da contribuição do patrocinador, que iria para o Fundo de Oscilação de Risco. Após 10 anos o direito do participante ia crescendo percentualmente atingindo 100% somente aos 35 anos de vinculação ao plano.

Fundo de Reversão – Criado em substituição ao Fundo de Oscilação de Risco

“Artigo 1º Inciso XIV – Fundo constituído pelas parcelas das contribuições vertidas pelos patrocinadores, que não forem utilizadas para cálculo de benefício ou instituto do plano. O valor constituído neste Fundo destina-se a neutralizar os efeitos das variações desfavoráveis da incidência de eventos geradores dos benefícios previstos neste plano ou poderá, ainda, ser utilizado para compensação de contribuições futuras de patrocinadores e/ou participante, ou aporte de recursos na Conta Participante, e/ou na Conta Patrocinador, observada a legislação vigente, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo”. (grifamos)

Atualmente o valor do resgate da conta patrocinador efetuado pelo participante ao desligar-se do patrocinador e do plano é de 20% após o primeiro ano de vínculo ao plano, acrescido de 3% a cada semestre, limitado a 80% do total de sua conta patrocinador.

Com a alteração que a CBS Previdência está submetendo a apreciação da DITEC/PREVIC o valor constituído no Fundo de Reversão passará a ser destinado somente à compensação de contribuições futuras de patrocinador ou ter outra finalidade mediante

solicitação do patrocinador. Caso seja aprovada esta proposta a CBS Previdência estará descumprindo o compromisso assumido com os participantes por ocasião da criação do Plano – **de que o participante que migrasse de plano não pagaria contribuição alguma após se aposentar (parágrafo 6º do artigo 24) da primeira edição do regulamento do plano em dezembro de 1995.**

A pretensão dos patrocinadores, de se apropriar dos recursos atuais (R\$94,8 milhões no balanço de 2014) e futuros do Fundo de Reversão, caracteriza-se como apropriação indevida dos direitos dos participantes, porque os recursos nele acumulados constituem uma verdadeira reserva de contingência do plano, a ser utilizada em situações adversas, como atualmente, em que o Plano Misto de Benefício Suplementar apresenta no balanço de 2014 um déficit de R\$163,6 milhões. Acrescente-se ainda o fato de que R\$39,4 milhões do déficit está equacionado para cobertura através de resultados anuais do plano ou do Fundo de Reversão, tendo sido a parcela de 2014, de R\$3,7 milhões paga pelo Fundo de Reversão, e que, a persistir a não existência de resultado positivo no plano nos próximos anos o pagamento das demais parcelas terá que ser feita através deste fundo, como estabelecido por ocasião do equacionamento.

Caso a alteração seja aprovada pela DITEC/PREVIC, que esperamos firmemente não aconteça, o plano passará a não ter mais a segurança prometida pela CBS Previdência por ocasião da migração, e os participantes, que pagaram para ter esta segurança ao migrar de plano e se aposentaram ou venham a se aposentar por benefício vitalício, ficarão sujeito a ter que pagar contribuição extraordinária para cobertura de déficit que venha a ocorrer no Plano. Caso esta pretensão da CBS Previdência venha a ser confirmada ficará caracterizada uma verdadeira **quebra de contrato**, caracterizada pelo Plano que foi oferecido aos participantes pela CBS e pelo Termo de Migração, assinado pelos participantes, de forma irrevogável, pelo qual eles abriram mão dos direitos que possuíam no plano de origem, inclusive de 61% de suas reservas.

Artigos 17 e 18 – Limitação de licença para tratamento de saúde e licença por acidente do trabalho.

A CBS Previdência está propondo a limitação do pagamento do benefício de auxílio-doença (artigo 17) e de auxílio-doença por acidente do trabalho (artigo 18) a 18 parcelas mensais a partir da data de início da licença concedida pelo INSS.

No informativo 187 encaminhado pela CBS Previdência aos participantes em 02/04/2015 consta que o objetivo da alteração proposta é **“garantir a sustentabilidade do plano”**.

Plano Misto de Benefício Suplementar possui o Fundo para Suporte aos Benefícios de Risco para cobertura do pagamento de benefícios de licença para tratamento de saúde e licença por acidente do trabalho, constituído com contribuição específica feita pelos participantes e patrocinadores.

Há vários anos a empresa atuária contratada vem indicando em seu Parecer Atuarial não ser necessária a contribuição para este fundo tendo em vista o montante de recurso nele acumulado. O montante acumulado por ocasião do balanço de 2010 era de R\$28,3 milhões e, no balanço de 2014 é de R\$14,1 milhões. No ano de 2014 foram utilizados R\$2,9 milhões e, a manter-se as despesas com os benefícios de risco neste nível nos próximos anos o montante acumulado no fundo possibilitará a cobertura das necessidades do plano por cerca de 5 anos

Na proposta de limitação de concessão dos benefícios de risco em 18 meses a CBS Previdência não está considerando as agressivas condições de trabalho nas áreas da Usina Presidente Vargas e das minerações, que propiciam acidentes e ocorrências de doenças que podem exigir períodos mais longos de recuperação. Com esta medida os trabalhadores que não tiverem uma cobertura pelo INSS compatível com o salário que percebem quando estão no trabalho, ficarão carentes de recurso no momento em que mais necessitam de dinheiro para o seu tratamento.

Com a limitação deste direito a CBS Previdência está novamente rompendo o contrato feito com os participantes que migraram de plano, pois está sendo retirado um direito previsto no plano que foi oferecido a eles em troca dos direitos que tinham no plano de origem, dos quais abriram mão totalmente ao migrar de plano.

Artigo 39

O artigo 39 atual estabelece que o participante autopatrocinado que em 19/02/2008 não recolhia a contribuição referente à parte do patrocinador, poderá continuar recolhendo apenas a parte do participante.

Na proposta da CBS o artigo 39 passa a retratar o atual artigo 37 com a redação alterada, e não é informado o que foi feito do artigo 39 atual. Se ele está sendo extinto, e isto não consta no Informativo 187, é mais uma quebra de contrato em detrimento dos direitos dos participantes.

Conclusões

Por todas as razões expostas conclui-se que:

a - as alterações aprovadas pelo Conselho Deliberativo da CBS Previdência nos dispositivos do Regulamento do Plano de Benefício Suplementar, apontados neste documento, ferem profundamente os direitos regulamentares dos participantes e constituem-se em verdadeira quebra do contrato firmado entre as partes por ocasião das migrações de plano em 1996 e 2004;

b - a alteração proposta para o Fundo de Reversão possibilitará aos patrocinadores lançarem mão dos recursos existentes no fundo, bem como de recursos futuros que a ele forem destinados, que por ocasião da conceituação do plano e condições das migrações seriam destinados a cobrir déficit que fosse apurado no plano;

c - caso sejam aprovadas as alterações propostas para os artigos 17 e 18, limitando em 18 meses a concessão de licença para tratamento de saúde e de acidente do trabalho, os participantes que tiverem um período maior de recuperação ficarão em uma clausura sem opções - sem o benefício previsto no plano, com vínculo empregatício com o patrocinador, sem poder utilizar outros institutos do plano e sem os recursos necessários em um momento difícil de suas vidas.

Solicitação

Que a DITEC/PREVIC no exercício de seu poder de aprovar ou não propostas de alterações de regulamentos de planos de benefícios, exerça também o seu dever, como representante do estado, de proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, conforme previsto na LEI 109/2001 em seu artigo 3º inciso VI, não aprovando as alterações propostas pela CBS Previdência para o Regulamento do Plano Misto de Benefício Suplementar, no que tange aos dispositivos que foram abordados neste documento.

Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevem-se,
atenciosamente

Áureo de Araújo Braga
Vice-presidente

Antônio Pedro de Almeida
Presidente